



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JONADABE DE JESUS OLIVEIRA

**LEI 11.645/08: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA CULTURA E HISTÓRIA
INDÍGENA NO CURRÍCULO OFICIAL EM CAMAÇARI - BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JONADABE DE JESUS OLIVEIRA

**LEI 11.645/08: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA CULTURA E HISTÓRIA
INDÍGENA NO CURRÍCULO OFICIAL EM CAMAÇARI - BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JONADABE DE JESUS OLIVEIRA

**LEI 11.645/08: A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA CULTURA E HISTÓRIA
INDÍGENA NO CURRÍCULO OFICIAL EM CAMAÇARI - BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 26/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Martins de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Gomes de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. M.e Fabio Rocha

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMATIZAÇÃO	6
3	OBJETIVO	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	HIPÓTESE	7
5	JUSTIFICATIVA	7
6	METODOLOGIA	8
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
8	HISTÓRICO DE CAMAÇARI	10
9	CONCLUSÃO	11
10	CRONOGRAMA	12
	REFERÊNCIAS	13

1 INTRODUÇÃO

O espaço acadêmico ainda oferece limitações ao estudo da história e cultura indígena, ou seja, no que se trata de materiais didáticos com uma visão Indígena (RUSSO; PALADINO, 2016). A lei 11.645/2008 chegou no sentido de preencher essas lacunas que e combater esses estereótipos eurocêntrico e coloniais que eram difundidos com mais força no século XIX até o final do Século XX. O ilustre escritor e ativista indígena, Ailton Krenak (2019), discorre que existe várias narrativas de vários povos que nos explicam muito mais sobre a concepção de humanidade, do que a forma eurocêntrica que assimilamos durante muito tempo.

Segundo o último censo demográfico que aconteceu no ano de 2010, estima-se que existia cerca 817.963 indígenas, no Brasil, dos quais 315.180 habitam os centros urbanos. Possivelmente, essa quantidade é pouca em comparação a grande quantidade que foi dizimada, durante os anos. Muitas vezes por falta do conhecimento da cultura e história desses povos, que muito contribuíram na construção desse país, incorremos em estereótipos criados e perpetuados pelos europeus.

Mesmo com a lei 11.645/08, que foi promulgada no intuito de incluir os povos indígenas até então marginalizados, cuja participação na história do Brasil vinha sendo negligenciada, este reconhecimento ainda está muito longe de ser efetivado. A implementação dessa lei tem buscado garantir a difusão das culturas negras e indígenas na formação da sociedade brasileira. Muitas vezes, por falta de fiscalização, ela não é colocada em prática da forma correta, como de fato deveria ser.

Assim, a pesquisa de campo será exercida no município de Camaçari-BA, cujo topônimo significa “arvore que chora”, em língua tupi. Em especial na Escola Municipal Maclina Margarida da Gloria que é uma escola do ensino fundamental da rede de educação municipal do município de Camaçari-BA, e fica localizado em Vila de Abrantes, onde foi a primeira sede da cidade. Esse espaço era inicialmente território tupinambá, significando dizer que a lei em questão é de grande relevância para problematizar a memória local e compreender as mazelas sobre as quais recaíram nas nações indígenas. Gostaria de delimitar as minhas pesquisas no ensino empenhado nessa escola, sua importância e os impactos da aplicação da lei, no período de 2022 e 2023.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

A presente pesquisa busca saber em que medida a inclusão obrigatória da cultura e história indígena no currículo oficial tem impactado positivamente a prática de ensino em ambientes escolares de Camaçari-BA. Apesar da lei 11.645/08 buscar assegurar o conteúdo de história indígena na sala de aula, a experiência escolar cotidiana tem demonstrado que há resistência de setores conservadores da sociedade a um currículo progressista.

Assim, esse trabalho será guiado pelas seguintes problematizações:

1. Até que ponto há essa resistência por parte dos setores da sociedade em relação à implantação da lei?
2. Em que medida a implantação da lei 11.645/08 poderá combater os estereótipos negativos em relação aos povos indígenas no ambiente escolar?
3. Quais são os setores conservadores do município de Camaçari que oferecem resistência à implantação da lei, tendo em vista a realidade do colégio de Vila Abrantes.

3 OBJETIVO

3.1 GERAL

Temos com essa pesquisa, o objetivo de compreender a importância da lei 11.645/2008, na Escola Municipal Maclina Margarida da Gloria, da rede municipal de Camaçari-BA, no período dos anos de 2022 e 2023.

3.2 ESPECÍFICOS

Buscamos, enfim:

- Entender as dificuldades de os professores transmitirem conteúdos relacionados a história e cultura indígena;

- Compreender a atuação da lei e como ela contribui para a formação de uma identidade brasileira;
- Verificar a aplicação dessa lei na escola;
- Identificar os principais problemas para a aplicação da lei 11.645/2008 na escola.

4 HIPÓTESE

Partimos de um pressuposto que a ideia de história e cultura indígena segue uma lógica eurocêntrica que limita o pensamento crítico do real papel do indígena na construção da sociedade brasileira, para além de não educar os alunos, perpetuam estereótipos, discriminação e fragmentação na identidade etnocultural desse/a aluno/a. Atualmente, temos movimentos sociais indígenas que cobram a efetividade não só da lei 11.645/2008, mas também outras lutas fundamentais para coexistência desses povos e cultura. Infelizmente, apenas os movimentos indígenas não são o suficiente nessa luta.

5 JUSTIFICATIVA

O trabalho pretende discutir a lei 11.645/2008 na cidade de Camaçari-BA. Essa lei quando aplicada de forma contundente, pode reforçar e muito na formação e compreensão de sociedade brasileira, no contexto da região metropolitana de Salvador-BA. A importância de pesquisa consiste em reforçar os debates étnico-raciais na região metropolitana, compreendendo como é trabalhado a identidade indígena no espaço escolar de Camaçari.

O motivo da escolha do tema tem como objetivo compreender a importância da lei 11.645/2008, nas escolas da rede municipal de Camaçari-BA, e a sua aplicabilidade nas mesmas. A função principal da temática desse projeto é evidenciar a importância do conhecimento um pouco mais aplicado nos currículos, sobre a história e cultura indígena em Camaçari, buscando desmistificar um pouco dos estereótipos ou abordagens genéricas referente aos povos indígenas. O público alvo dessa pesquisa são os/as professores/as que transmitem o conhecimento aos alunos/as, e os coordenadores que tem o controle do que será transmitido em sala de aula para os alunos, nas escolas municipais de Camaçari.

Nesse sentido, o empenho nessa pesquisa espera poder abrir mais o debate sobre “quem são os povos indígenas” e qual a sua contribuição de facto na história de Camaçari, consequentemente na Bahia e Brasil. Busca-se também em chamar a atenção em formar professores preparados para lecionar sobre à História e Cultura indígena, longe de estereótipos e explicações genéricas, assim, reforçando o sentimento de pertencimento a esses povos, entre os alunos.

Comecei a pensar nesse tema porque sempre gostei de estudar sobre os povos indígenas, e na minha linhagem familiar, também existem indígenas, como a minha avó. Nas escolas que estudei, em Camaçari, sempre os povos indígenas eram expostos como “coitados”, “inocentes”, isso quando não lembravam de falar sobre o assunto apenas no dia 19 de abril (dia do índio), aonde de facto, não tinha um debate, uma conscientização sobre a real história e a importância da cultura indígena na construção desse país. Pensei nesse tema também quando trabalhei um texto do Ailton Krenak, e depois li na integra o livro (Ideias para adiar o fim do mundo), depois desse texto, tomei ainda mais gosto pela temática indígena aqui no Brasil e comecei a procurar mais conteúdos de autores indígenas. Para além disso, depois que eu comecei a ter acesso a esses conteúdos, comecei a perceber que nos livros didáticos pouco se falava sobre os povos indígenas, e o que se falava, era descrito por escritores não indígenas. Acredito que a perspectivas de escritores indígenas podem somar muito na formação sociocultural de um aluno, assim como está me formando.

Por isso o meu interesse de estudar a importância dessa lei na formação desses alunos e a inclusão dela nos livros didáticos e nas salas de aula. Claro que parto de uma perspectiva de que o aluno da rede municipal de Camaçari, uma cidade na qual carrega uma forte ligação indígena, podemos atestar pelo próprio nome, não tem tais informações sobre a história e cultura indígena de uma forma mais regular.

6 METODOLOGIA

A metodologia que pretendo empenhar nessa pesquisa, é a pesquisa qualitativa, buscando inicialmente através de levantamentos bibliográficos com referência na lei 11.645/2008: artigos, TCC e dissertações. Nessa perspectiva irei realizar algumas entrevistas com professores/as, alunos/as/ e com coordenadores. O questionário vai ser aplicado na Escola Municipal Maclina Margarida da Gloria, da rede municipal de Camaçari, afim de saber

como está a aplicação da Lei 11.645/08 nessa escola e tirar um parâmetro da cidade. Pretendo entrevistar os alunos e professores sobre o assunto, para além do questionário afim de buscar uma redundância nas informações que estou a buscar. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Historiografia que foi constituída ao decorrer do Século XIX não havia um destaque específico para os povos indígenas, eles eram invisibilizados, isso até o final do século XX, no começo do século XXI se reforçou o movimento dos Indígenas retomarem o seu protagonismo de sua história, através dos movimentos indígenas (RODRIGUES, 2005).

Segundo Borges (2015): o nosso sistema educacional brasileiro não contempla por completo a nossa herança cultural, formada a partir das heranças culturais europeias, africanas e indígenas. Os livros didáticos ainda apresentam uma visão eurocêntrica cheia de estereótipos e preconceitos, quando se trata de povos não europeus, principalmente os povos indígenas. Fenômeno que se dar possivelmente pela dissociação da humanidade desses povos que duraram muito tempo, inicialmente no período colonial, e após esse período.

Russo e Paladino (2016) destacam em seu artigo que o currículo escolar é uma seleção de conhecimentos produzidos em contextos de disputa histórica e política, por isso sempre tende a ser seletiva, como as autoras destacam. Tendo em vista isso, podemos partir da ideia de reforçarmos a importância da lei: 11.645/2008 nas escolas para reforçarmos a ideia de uma educação decolonial e pluriversal. Como dizia o filósofo africano Mongobe Ramose

Considerando que “universal” pode ser lido como uma composição do latim unius (um) e versus (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a idéia de contraste ou alternativa inerente à palavra versus. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver esta contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade (RAMOSE, p. 10, 2011).

A diversidade é uma parte fundamental da educação inclusiva, e é importante garantir que múltiplas perspectivas sejam abordadas no currículo (NJERI 2019). Nessas múltiplas,

devemos compreender que a história e cultura na perspectiva indígena deve ser abordada em salas de aulas, distante de estereótipos herdados da época colonial.

Os povos indígenas sempre estiveram em discursões e visões negativas e positivas, esses povos estavam em confronto com essas visões assimilacionistas e românticas durante todos esses séculos, como sinaliza Oliveira e Freire (2009). Isso explica um pouco a ausência de interesse de aprofundamento da temática indígena nas salas de aulas, optando em se manter a imagem estereotipada do índio puro, inocente.

Muitos professores, digo, os mais antigos (em sua maioria), não obtiveram as ferramentas para a inclusão de forma correta desses assuntos em sala de aula, os mais recentes, digo, os que se formaram após a criação da lei 11.645/2008. Muitos desses professores não tiveram uma boa fundamentação teórica sobre o assunto, pois o próprio currículo de algumas graduações em universidades pelo Brasil, são bem limitadas, quando se trata dos povos indígenas.

Renata Rodrigues (2016) escreveu sobre a implementação dessa lei nas escolas do município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, Ceará que assim como Camaçari, se localiza na região metropolitana da capital do seu estado, no caso em específico, o Ceará. A autora discorre sobre diversas expressões socioculturais que vem sendo reconhecidas, dando enfoque não só ao indígena, mas também o afro-brasileiro. Segundo Rodrigues, “discutir esse assunto de forma pedagógica é papel dos profissionais escolares”.

8 HISTÓRICO DE CAMAÇARI

A cidade de Camaçari se iniciou às margens do rio Joanes, um dos rios que estão no território camaçariense. Tem população estimada de 309.208 pessoas no último censo (2021). Segundo texto da biblioteca do IBGE sobre a historicidade de Camaçari-BA:

A história de Camaçari começa às margens do rio Joanes, em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo pelos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Logo depois, foi instalada a Companhia de Jesus, espaço para catequização dos índios tupinambás que viviam na região [...] Em 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel importante na expulsão dos holandeses que chegaram à Bahia. Na época, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, várias autoridades foram acolhidas na vila e organizaram as tropas de resistência, juntamente com os índios, expulsando, um ano depois, os invasores [...] O topônimo, que inicialmente se escrevia Camassary, tem origem tupi-guarani. O significado é árvore que chora, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas.

É de extrema importância a compreensão e o saber da história do município, no qual iremos pesquisar e onde os povos indígenas estavam inseridos. Segundo o blog da rede:

A história da ocupação do território de Camaçari nos remete aos primeiros anos da colonização, quando em 1558, foi criada a Aldeia do Divino Espírito Santo pelos padres jesuítas reunindo índios das várias aldeias tupinambás, ao redor de uma capela de taipa sob o comando do padre João Gonçalves e o Irmão Antônio Rodrigues às margens do Rio Joanes.

A consolidação do domínio tupinambá nos oito mil anos de história indígena, sua dispersão no litoral e constantes conflitos com os denominados tapuias e posterior relação com as populações marginalizadas do processo produtivo (quilombolas) ainda estão por ser estudados.

Os povos indígenas sempre estiveram envolvidos na história, não só da cidade, mas também da Bahia. Desde a chegada dos padres jesuítas, onde foi criada a Aldeia do Divino Espírito Santo (Vila de Abrantes), na expulsão dos Holandeses, em 1624. Segundo a prefeitura de Camaçari: Camaçari se emancipou no dia 28 de 1958, por meio de um decreto do marquês de pombal, que na ocasião mudou o nome de Aldeia do Divino Espírito para Vila de nova Abrantes e expulsou os padres jesuítas que lá viviam. Por falta de liderança jesuítica naquela época, a sede foi transferida para o Arraiá de parafuso, porém não efetivou e retornou para Abrantes. Por influência política de Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, que era dono de várias terras na região, ele trouxe a estrada de ferro, no ano de 1860, impulsionando o crescimento na região. No ano de 1938, o município passou a se chamar Camaçari, por meio de um decreto. O município ficou assim formado pela sede e os seus distritos.

9 CONCLUSÃO

A obrigatoriedade da lei 11.645/2008 do ensino da história e cultura indígena tem um papel fundamental no combate ao racismo, preconceitos e estereótipos. É necessário a desconstrução da imagem indígena fundada em preconceitos pelo ensino colonial buscando mais referências indígenas. Essa lei veio para resgatar as memórias dos verdadeiros povos brasileiros e suas contribuições para essa sociedade.

Na historiografia do Brasil, sabemos que o primeiro contato que os portugueses tiveram ao chegarem à costa brasileira, foram a dos povos indígenas, que acolheram, ensinaram a cultivar a terra e mostrou-lhes as suas riquezas aturais. Em troca, foram dizimados com doenças trazidas do outro lado do atlântico, foram escravizados, até os

portugueses começarem a traficar mão de obra escrava para as lavouras, minas e outras atividades da sociedade brasileira. Os povos indígenas foram perseguidos e exterminados durante todos esses anos, várias etnias foram quase ou totalmente extintas. E esse processo doloroso, infelizmente ocorre até hoje com as invasões de terras indígenas, e assassinato de lideranças indígenas.

Contudo é preciso frear esse ciclo vicioso que percorre a mais de 500 anos e precisamos destruir esses imaginários das crianças, sejam elas brancas ou não brancas. Para além disso, se deve trabalhar cada vez mais autores indígenas em sala de aula, não apenas ficarmos presos a estereótipos cultivados durante todos esses anos. O ensino da história e da cultura indígena é preciso ser aplicado todos os dias letivos, ele não pode ser limitado apenas uma data temática que foi criada, para assim forjamos um novo olhar dos estudantes sobre a formação dos povos indígenas de forma positiva.

10 CRONOGRAMA

Semestre	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Revisão do texto	x					
Levantamento bibliográfico e fichamento		x				
Apresentação do projeto revisado		x				
Preparando roteiro e construção de dados			x			
Análise de dados coletados			x			
Análise de dados coletados e organizar a estrutura para monografia				x		
Elaboração e redação do trabalho				x	x	
Revisão e redação final					x	x
Entrega da monografia						x
Defesa da Monografia						x

REFERÊNCIAS

- BORGES, Elisabeth. Inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior: momento histórico ímpar. **Revista Científica**, [s. l.], 2015. Disponível em: https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2015/08/artigos/cultura_africana.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 20 mai. 2022.
- CARDOSO, Andreisa. **A lei 11.645/08: Programa de índio?** Petpedagogia UFBA. Disponível em: <petpedagogia.ufba.br/lei-no-1164508-programa-de-indio>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- Dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- IBGE. Camaçari. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/historico>>. Acesso: 29 de maio de 2023.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- NJERI, Aza. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 31: mai.-out./2019, p. 4-17. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28253>
- OLIVEIRA, J. P.; Freire, C. A. R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, DF:MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PREFEITURA DE CAMAÇARI. **A história da nossa cidade**. Disponível em: <<https://www.camacari.ba.gov.br/municipio-de-camacari/>>. Acesso: 29 de maio de 2023.
- RODRIGUES, Cíntia Régia. As populações indígenas e o Estado Nacional pós-ditadura militar. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 240-245, 2005.
- RODRIGUES, Renata; BARBALHO, Alexandre. A Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede de Ensino. **Debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 06, n. 17, p. 199-219, 4 ago. 2016.
- ROMOSE, Mogobe, Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Tradução Dirce Eleonora Nigo Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. In: **Ensaio Filosófico**, V. IV, outubro de 2011. Disponível em: <edisciplinas.uso.br/pluginfile.php/5142876/mod_resource/content/2/04.%20mogobe_b._ramose_-_sobre_a_legitimidade_e_o_estudo_da_filosofia_africana.pdf>

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do rio de janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], ano 2016, v. 21, n. 67, p. 897-921, Out -Dez. 2016

SOUSA, Rafaela. **População indígena no Brasil**. Mundo educação. Disponível em: <mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em: 17 dez. 2021.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista professor

Roteiro de entrevista professor

Idade _____ Sexo _____ Cor _____

Formação _____

Questões

- 1) Você conhece a lei 11645/08?
- 2) Você acha que ela é aplicada na Escola Municipal Maclina Margarida da Glória?
- 3) Como a disciplina de história coloca em sua abordagem o conteúdo sobre história e cultura?
- 4) Como é a relação de grupos étnicos raciais distintos na sala de aula?
- 5) Existem projetos interdisciplinares sobre esse tema?
- 6) Os livros didáticos adotados pela escola adotam a temática?
- 7) Há quanto tempo você atua como professor?
- 8) Quanto tempo você atua na escola?
- 9) Como você acha que a educação brasileira, pode acabar com o preconceito e discriminação contra a cultura indígena?

Roteiro de entrevista do aluno

Idade _____ **Série** _____ **Turno** _____
Sexo _____ **Cor** _____

Questões

- 1) Você conhece ou já ouviu falar sobre a lei 11.645/08?
- 2) Cite 3 fatos que você sabe sobre a história indígena.
- 3) Cite 3 fatos que você sabe sobre a cultura indígena?
- 4) Em quais momentos é falado sobre a questão indígenas na escola?
- 5) Você sabe por que 19 de abril é considerado o dia dos povos indígenas?
- 6) O que você sabe sobre os povos indígenas?